

Anexo I
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2022
I. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1. garantir ao Poder Legislativo os meios necessários ao cumprimento de suas atribuições, qualificando e modernizando seus espaços, recursos, serviços e procedimentos legislativos, implementando novos processos e aperfeiçoando os já existentes, por meio de gestão compartilhada na administração da legislatura;

2. aperfeiçoar os mecanismos de participação e interação da sociedade com o Parlamento, inclusive garantindo recursos logísticos para a realização de audiências públicas, seminários e demais eventos promovidos pelo Legislativo, inclusive fora das dependências da Assembleia Legislativa;

3. ampliar e democratizar a comunicação da Assembleia Legislativa com a sociedade, modernizando a infraestrutura e logística de áudio e vídeo, e criando condições de adequação aos avanços tecnológicos e às mudanças nos marcos regulatórios; bem como intensificar a utilização dos demais meios de comunicação e divulgação institucional, a fim de facilitar a todos os segmentos da sociedade o acompanhamento dos trabalhos do Parlamento;

4. dar continuidade à reestruturação administrativa da Assembleia Legislativa, mediante criação ou extinção de cargos e/ou funções, bem como ao provimento de cargos e funções legalmente destinados ao Poder Legislativo;

5. expandir o projeto de informatização e os mecanismos de tecnologia de informação direcionados à qualificação dos serviços da Assembleia Legislativa, mediante aquisição e atualização de equipamentos e programas, e a elaboração de projetos e sistemas, visando seu pleno desempenho e expansão da rede instalada, inclusive via acesso remoto ou mediante a interligação com bancos de dados que permitam a troca de informações, cadastros e dados, no interesse das atividades do Poder Legislativo;

6. promover a progressão funcional e a recomposição e revisão do poder aquisitivo dos vencimentos e proventos de modo a valorizar os servidores, buscar condições orçamentárias necessárias para o pagamento de passivos de pessoal, respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, além de implementar o pagamento de outras vantagens, inclusive parcelas atrasadas, e conceder aumento e/ou realinhamento de estruturas remuneratórias;

7. promover a qualificação dos servidores, intensificar a capacitação do quadro funcional, otimizando o treinamento e desenvolvimento corporativo; dar continuidade ao desenvolvimento de projetos objetivando a gestão estratégica de pessoas e a manutenção da saúde ocupacional dos servidores em exercício na Assembleia Legislativa;

8. dar continuidade ao processo de interiorização da Assembleia Legislativa, de forma própria e também em parceria institucional e de logística com organismos representativos de segmentos da sociedade gaúcha, como forma de concretizar a aproximação dos trabalhos parlamentares com a população promovendo uma ampla discussão sobre temas relevantes, visando à promoção de políticas públicas capazes de beneficiar os diversos segmentos heterogêneos da nossa sociedade;

9. promover a cooperação técnica dos órgãos deste parlamento com entidades, municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicas ou privadas; inclusive com as escolas de gestão ou de governo do Poder Executivo, Tribunal de Contas, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Procuradoria Geral do Estado e de organismos representativos de prefeitos municipais e vereadores, visando à promoção de políticas e o debate de temas de interesse público e social para a população gaúcha;

10. dar continuidade à ampliação, construção, aquisição, reforma e recuperação das instalações da Assembleia Legislativa, racionalizando e otimizando seu espaço físico, adequando-o a novas formas de utilização, facilitando o acesso ao público em geral e, em especial, às pessoas com deficiência;

11. promover as condições tecnológicas e materiais necessárias para a manutenção e o aprimoramento do cumprimento da Lei de Acesso à Informação, aproximando, desse modo, o Parlamento da sociedade gaúcha;

12. promover e incentivar o desenvolvimento de atividades culturais, objetivando a integração da sociedade como patrimônio histórico, artístico e cultural do Rio Grande do Sul;

13. promover as condições materiais e humanas necessárias para a recepção oficial de autoridades e personalidades públicas em visita ao Parlamento, bem como para reuniões administrativas e prestação de contas à comunidade e veículos de comunicação social, conforme deliberação da Mesa;e,

14. implementar ações objetivando o apoio técnico institucional às Câmaras de Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul.

II. TRIBUNAL DE CONTAS

1. atingir o índice de 95% de julgamento de Contas de Gestão Estadual, Municipal e de emissão de Pareceres de Contas do Governo Municipal;

2. realizar 2.700 procedimentos de fiscalização (auditorias, inspeções, monitoramentos, diligências, etc.) e 21.000 procedimentos de instrução processual;

3. prover os cargos legalmente destinados ao Tribunal de Contas do Estado, inclusive mediante a realização de concurso público; criar ou extinguir cargos e/ou funções;

4. promover a alteração, recomposição e reajuste dos vencimentos, gratificações, indenizações e benefícios dos Conselheiros, Conselheiros Substitutos, Procurador, Procuradores Adjuntos e Servidores, Ativos e Inativos, bem como efetuar o pagamento de passivo de pessoal de exercícios anteriores;

5. complementar a reestruturação do Plano de Carreira dos Servidores;

6. implantar e fortalecer boas práticas de gestão e governança institucional, dentre elas a Gestão de Riscos, contribuindo com o alcance dos Objetivos do Planejamento Estratégico 2018-2022, aprovado pela Resolução nº 1101/2018;

7. dar continuidade à expansão, atualização e melhoramentos na infraestrutura dos serviços técnicos e administrativos do Tribunal de Contas do Estado, incluindo seus Serviços Regionais;

8. dar seguimento à implementação do Processo Eletrônico Administrativo;

9. ampliar e aprimorar o uso de Tecnologia da Informação – TI, mediante a aquisição e atualização de equipamentos e programas, bem como através da elaboração de projetos e sistemas, visando à plena utilização e expansão da rede instalada, inclusive via acesso remoto;

10. dar continuidade à implantação dos projetos voltados à modernização das atividades de controle externo e à transparência das atividades do Governo que são objeto de fiscalização por este TCE (Processo Eletrônico, Licitacon, Estruturação do Macroprocesso do TCE, SiapesWeb, Qlikview, etc.);

11. fortalecer e ampliar a atuação da Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena, visando ao aperfeiçoamento e à capacitação do corpo funcional, servidores públicos e agentes políticos, contemplando, inclusive, a interação do Tribunal de Contas com os demais órgãos técnicos e a sociedade, tendo em vista suas atribuições de natureza preventiva e de orientação;

12.dar continuidade ao controle de custos e avaliação dos orçamentários, nos termos que estabelece a Lei Complementar nº 101/2000;

13.ampliar e apromorar projetos direcionados a avaliação de políticas públicas, nos termos do Art. 37, §16 da Constituição Federal, fundamentados em critérios de análises; e,

resultados dos programas que serão financiados com recursos

14. implantar diretrizes à reestruturação administrativa do Tribunal.

III. PODER JUDICIÁRIO

1. garantir ao Poder Judiciário os meios necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, qualificando os serviços e procedimentos, visando a atender com eficiência e eficácia a demanda da prestação jurisdicional

2. criar Comarcas, Juizados, Varas, cargos de Juiz, bem como funções e cargos auxiliares e de assessoramento na Justiça de 1.º Grau;

3. criar Câmaras, Grupos, cargos de Desembargador, bem como funções e cargos auxiliares e de assessoramento na Justiça de 2.º Grau;

4. realizar concurso público para o preenchimento dos cargos vagos na Justiça de 1.º e 2.º Graus, assim como dos cargos de Magistrados e servidores a serem criados nas duas instâncias;

5. prover os cargos e funções criados e vagos no 1.º e 2.º Graus;

6. criar e preencher os cargos para atender às necessidades de Cartórios Judiciais Estatizados em razão de vacância, bem como daqueles que vierem a ser estatizados;

7. promover, quando necessário, a elevação de entrância das comarcas;

8. implementar efetivamente as ações previstas no Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça;

9. ampliar o número de Juizados Especiais dotando-os de infraestrutura necessária ao desenvolvimento de suas atividades, objetivando maior agilização da Justiça de 1.º grau;

10. custear e/ou promover cursos, simpósios, congressos, encontros e seminários visando ao treinamento e aperfeiçoamento de Magistrados e servidores;

11. efetuar o realinhamento das classes funcionais com a implantação do plano de carreira dos servidores e atender às disposições decorrentes da implantação do novo “Estatuto dos Servidores da Justiça”;

12. conceder reposição salarial aos servidores, assim como recuperar as perdas existentes e promover a revisão de auxílios;

13. promover a alteração do valor nominal do subsídio, nos termos da lei;

14. autorizar o pagamento de passivo de exercícios anteriores, benefícios e outras vantagens de pessoal para Magistrados e servidores;

15. promover melhorias nas instalações da Justiça, com construção, ampliações, reformas, adaptações e manutenção de prédios;

16. adquirir equipamentos em geral, especialmente de informática, telefonia e segurança, veículos e mobiliários, destinados a atender às necessidades do 1.º e 2.º graus;

17. manter e ampliar a informatização do Poder Judiciário, abrangendo todas as comarcas do Estado, visando a agilizar os serviços jurisdicionais na crescente demanda da sociedade;

18. incrementar os níveis de investimento do Poder Judiciário, inclusive com as compensações necessárias das receitas vinculadas a estes fins;

19. promover e incrementar condições laborais que garantam melhor qualidade de vida no trabalho, bem como implementar

políticas de proteção à saúde de servidores, magistrados e pensionistas, bem como seus dependentes, objetivando bem-estar físico, mental e social, em consonância com as orientações normativas do Conselho Nacional de Justiça e do Órgão Especial do Tribunal de Justiça;

20. estimular a criação de Conselhos Municipais Penitenciários, auxiliando na humanização dos presídios e ressocialização do preso; e,

21. criar Centros Judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, antes e depois da propositura da demanda judicial, previsto no art. 165 do NCPC.

IV. MINISTÉRIO PÚBLICO

1. prover o Ministério Público de recursos materiais necessários para o cumprimento de suas funções legais e constitucionais e aumentar a eficiência e eficácia nas áreas de sua atuação, dotando a Instituição de recursos humanos e promovendo o realinhamento remuneratório;

2. dar continuidade ao sistema remuneratório com base no artigo 39, § 4º, combinado com o artigo 128, § 5º, inc. I, alínea “c”, ambos da Constituição Federal e com a Lei Estadual nº 12.911, de 11 de março de 2008;

3. ampliar a capacidade instalada da Procuradoria-Geral de Justiça e das Promotorias e Procuradorias de Justiça;

4. desenvolver trabalhos visando à preservação da memória da Instituição, por meio da operacionalização do Memorial do Ministério Público;

5. construir, reformar e ampliar sedes próprias em terrenos adquiridos ou recebidos para esse fim;

6. promover e incrementar, por meio de setores e segmentos específicos, o aprimoramento técnico, profissional e cultural dos membros e dos servidores do Ministério Público, inclusive por intermédio de entidades identificadas com os objetivos e atribuições da Instituição, objetivando a melhor execução de seus serviços e a

racionalização de seus recursos materiais, garantindo a eficiência e eficácia dos serviços prestados;

7. fomentar o estabelecimento da cultura da informação digital, focado no estímulo à utilização racional dos meios e disponibilização de informações relevantes para a gestão, como a implementação do trabalho remoto, e dotar o Ministério Público de ferramentas na área de Tecnologia da Informação (TI), que deem suporte aos serviços de processamento de dados, qualificando a informação e propiciando a realização de ações com maior grau de confiabilidade e eficácia;

8. prosseguir no cumprimento de suas funções institucionais, previstas na Constituição Federal e legislação específica;

9. desenvolver e gerir a estratégia da Instituição, num processo de aperfeiçoamento constante da Procuradoria-Geral de Justiça, com a finalidade de otimizar a aplicação dos recursos humanos e materiais disponíveis, qualificar os serviços prestados e ampliar a efetividade das ações ministeriais;

10. criar e prover cargos na carreira do Ministério Público e Serviços Auxiliares, de acordo com a necessidade;

11. realizar concursos públicos para o provimento de cargos iniciais da carreira do Ministério Público e do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo dos Serviços Auxiliares;

12. proceder ao pagamento de passivo de pessoal, indenizações, auxílios, benefícios e outras vantagens para membros e servidores, ativos, inativos e pensionistas, inclusive de exercícios anteriores.;

13. promover a reposição remuneratória nos subsídios e vencimentos de membros, servidores, ativos, inativos e pensionistas e recuperar perdas existentes;

14. promover as ações necessária para a implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Lei nº 15.516, de 08 de setembro de 2020;

15. desenvolver ações integradas nas áreas criminal, civil, do meio ambiente, da infância e juventude e da probidade administrativa, por meio de captação de recursos junto à Organismos Nacionais e Internacionais;

16. promover a gestão de recursos humanos, buscando a valorização do quadro funcional, bem como incrementar as condições laborais, fins de garantir melhor qualidade de vida no trabalho e implementar políticas de proteção à saúde de membros, servidores, pensionistas e dependentes, reafirmando a sua preocupação quanto ao bem estar físico, mental e social, em consonância com as orientações normativas do Conselho Nacional do Ministério Público;

17. dinamizar o relacionamento e a interação com os Poderes e Instituições de Estado, bem como com a sociedade civil organizada;

18. aproximar a Instituição da Sociedade, de modo a facilitar o acesso a todas as suas áreas de atuação, ampliando os espaços de interlocução com as bases comunitárias e agilizando o reconhecimento das demandas sociais, contribuindo para a construção de um ambiente propício ao desenvolvimento de ações conjuntas para o atendimento dos anseios sociais;

19. ampliar parcerias com os conselhos municipais e estaduais, as universidades, as escolas e outras organizações sociais;

20. implementar ações provenientes de parcerias firmadas com terceiros, por meio de convênios e acordos;

21. prosseguir a implementação do planejamento estratégico da Instituição, objetivando a concretização do posicionamento de transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, com a aplicação de novas ferramentas de gestão;

22. aplicar recursos orçamentários provenientes de outras esferas de governo, da criação de novas receitas próprias ou da redistribuição de receitas já existentes;

23. manter diálogo informativo com a sociedade e o cidadão, sobre ações institucionais, disponibilizando os canais de Serviço de Atendimento ao Cidadão (Ouvidoria), e a Rádio MP; e,

24. aplicar os recursos do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL destinados a ressarcir à coletividade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, à economia popular, a bens de direito de valor artístico, histórico, estético, turístico e

paisagístico, à ordem urbanística, à ordem econômica, ao patrimônio público, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

V. DEFENSORIA PÚBLICA

1. adquirir, construir, locar e reformar prédios para que a instituição tenha sedes próprias em todas as Unidades Jurisdicionais do Estado;

2. prover a Defensoria Pública dos recursos materiais necessários, garantindo atendimento qualificado em todas as unidades do Estado e adequado desempenho das atividades de apoio na capital;

3. revisar o Planejamento Estratégico da instituição, adequando os objetivos, indicadores, metas e projetos ao ambiente interno e externo;

4. desenvolver projeto de gestão dos processos de trabalho das áreas fim e meio, otimizando e automatizando os fluxos, com vistas a qualificar e agilizar os serviços prestados;

5. adequar o Portal da Defensoria para plena integração com os sistemas do Poder Judiciário, proporcionando agilidade, confiabilidade e economicidade;

6. aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação das atividades de apoio da instituição para garantir a adequada prestação dos serviços na área fim;

7. criar novos cargos de defensores públicos e servidores para garantir atendimento em todas as Comarcas do Estado;

8. conceder reposição remuneratória aos defensores públicos e servidores ativos, inativos e pensionistas;

9. realizar cursos, simpósios, congressos, encontros e seminários para capacitação dos defensores públicos e servidores;

10. implantar revisão periódica da remuneração dos estagiários;

11. implantar ações de promoção de qualidade de vida no trabalho para defensores públicos, servidores e estagiários;

12. captar recursos extraordinários junto a organizações internacionais e nacionais para desenvolver projetos estratégicos e realizar investimentos;

13. desenvolver ações para otimizar a aplicação das receitas ordinárias;

14. aumentar o número de mutirões de atendimento;

15. desenvolver e executar ações de educação em direitos e promoção dos direitos humanos;

16. ampliar a atuação extrajudicial, visando à redução da judicialização de ações; e,

17.promover ações publicitárias visando à divulgação dos serviços prestados e ao fortalecimento institucional.

VI. PODER EXECUTIVO

As prioridades e metas do Poder Executivo são compostas pelos Projetos Estratégicos vinculados aos Programas, Ações Programáticas e Iniciativas definidas para acompanhamento no exercício 2022. As metas serão definidas no Acordo de Resultados 2022.

PROGRAMA	AÇÃO PROGRAMÁTICA	INICIATIVA	PROJETO ESTRATÉGICO
Acelera RS	Ambientes de Inovação	Conecta: rede de fibra ótica de alta velocidade para as escolas estaduais	Conecta RS
		INNOVA - Desenvolvimento e implantação de Ecossistemas Regionais de Inovação no RS	Inova RS
	Conhecimento em Inovação, Ciência e Tecnologia	GameRS: Desenvolvimento da indústria gaúcha de Games	Game RS
		Startup Labs: Empreendedorismo Intensivo em Conhecimento	Startup Labs
		Tech Futuro: tecnologias portadoras de futuro para setores econômicos estratégicos	Tech Futuro
	Fazer e Viver a Cultura no RS	Programa de Formação e Qualificação na Área Cultural	RS Criativo
		Sistema Estadual de Cultura	Sistema Estadual de Cultura
	Campo em Ascensão	Inovação Tecnológica para o Campo	Promoção de maior interação na área de tecnologia e divulgação das tecnologias agropecuárias dos órgãos estaduais
Novos negócios e comercialização		Apoio ao cooperativismo visando o fomento à participação em mercados privados e institucionais	Fortalecimento de Cooperativas da Agricultura Familiar
Redução do impacto da estiagem e qualificação da infraestrutura		Apoio a infraestrutura rural	Combate à estiagem
		Barragem de Jaguari	Barragem Jaguari e Sistemas Associados

PROGRAMA	AÇÃO PROGRAMÁTICA	INICIATIVA	PROJETO ESTRATÉGICO
		Barragem Taquarembó	Barragem Taquarembó e Sistemas Associados
	Sanidade Animal e Vegetal	Certificação de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação	Certificação de zona livre de Febre Aftosa sem vacinação
		Defesa e inspeção animal e vegetal	Fortalecimento da Defesa Vegetal e Segurança Alimentar de Origem Vegetal
Desenvolve RS	Apoio à Qualidade de Vida nos Municípios	Apoio à manutenção das estradas vicinais	Horas-Máquina para Enfrentamento à Estiagem
		Perfuração de poços, redes e módulos sanitários	Nenhuma Casa sem Banheiro
			Perfuração de Poços Profundos
	Desenvolvimento Regional	Desenvolvimento por meio da Participação Popular	Consulta Popular RS
		Implementação da regionalização integrada	Regionalização de Governo
	Desenvolvimento Territorial e Mobilidade Urbana	GTC - Gestão do Transporte Coletivo	Gestão de Transporte Coletivo - GTC
		Aperfeiçoamento e qualificação do Sistema de Transporte Metropolitano	Aperfeiçoamento e qualificação do sistema de transporte metropolitano (Grande POA)
			Aperfeiçoamento e qualificação do sistema de transporte RMSG e aglomerados
		Aperfeiçoamento do Ordenamento Territorial das Regiões Metropolitanas e Aglomerados	Regulamentação da Lei 14.293/2013, que cria a Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG)
	Incentivo à permanência no campo	Capacitação, assistência técnica e extensão rural	Incremento à produção e qualidade do milho – Pró Milho

PROGRAMA	AÇÃO PROGRAMÁTICA	INICIATIVA	PROJETO ESTRATÉGICO
		Programa Troca-troca de Sementes	Fomento a assentamentos, reassentamentos, aquicultores e Povos e Comunidades Tradicionais
			Qualificação da disponibilização de sementes para a Agricultura Familiar
	Invest RS	Atração de investimentos	Invest RS
	RS Competitivo	Atração de investimentos através da disponibilização de incentivos financeiros e adequação de áreas industriais para novos empreendimentos	FUNDOPEM 4.0
		Fortalecimento de cadeias de valor	Polo Integrado da Química RS Competitivo
RS Turismo Sustentável	Implementação da gestão descentralizada nas regiões turísticas do RS	RS Turismo	
Educa + RS	Garantia do acesso e permanência dos alunos na educação básica	Implantação de ações educacionais, sociais e culturais por meio de parcerias com instituições governamentais e não governamentais	Gestão e Inovação - Regime de Colaboração
	Qualificação da Infraestrutura Física, Administrativa e Pedagógica das Escolas	Melhoria e/ou construção de novas edificações/equipamentos escolares	Projetos executivos para implantação de PPCI em Escolas
		Qualificação da rede pública estadual, com aquisição de materiais e equipamentos básicos, pedagógicos e tecnológicos	Gestão e Inovação – Tecnologias para Educação - Conteúdo e Conexão
	Educação para a Nova Economia	Atualização da matriz curricular no Ensino Médio Integrado e Educação Profissional voltada para nova economia	Aprendizagem - Implementação do Novo Ensino Médio
		Atualização de cursos ofertados na Educação Profissional a partir dos Arranjos Produtivos Locais	Aprendizagem - Educação Profissional RS
		Implantação do Novo Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Fundamental e Médio com base na BNCC	Aprendizagem - Currículo em ação

PROGRAMA	AÇÃO PROGRAMÁTICA	INICIATIVA	PROJETO ESTRATÉGICO
	Formação continuada na educação	Aperfeiçoamento dos profissionais de educação por meio de formação continuada	Qualificação e Bem-Estar – Centro de Desenvolvimento Profissional
		Integração nas ações sistemáticas entre as diretrizes da SEDUC , Coordenadorias Regionais de Educação e Escolas da Rede Pública Estadual	Gestão e Inovação - Gestão Integrada
	Garantia do acesso e permanência dos alunos na educação básica	Apoio à Alimentação Escolar	Qualificação e Bem-Estar - Segurança Alimentar
		Apoio a projetos e propostas pedagógicas visando a integração entre Gestão Educacional e Comunidade Escolar	Gestão e Inovação - Mais Parcerias
	Qualificação da Aprendizagem		Gestão e Inovação - Sistema Híbrido de Ensino
		Apoio à Educação de Jovens e Adultos	Gestão e Inovação - Modelo de Oferta de Vagas para Rede Estadual - EJA
		Implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul - SAERS	Aprendizagem - Sistema de Avaliação do Ensino do RS
	Qualificação da infraestrutura física, administrativa e pedagógica das escolas		Gestão e Inovação - Profissionalização da SEDUC
		Implementação de ações que possibilitem a qualificação da infraestrutura física, administrativa e pedagógica das escolas de Educação Básica	Módulos Escolares - FASE
			Qualificação e Bem-Estar - Eficiência Energética nas Escolas
			Qualificação e Bem-Estar - Obras Escolares
		Qualificação da rede pública estadual, com aquisição de materiais e equipamentos básicos, pedagógicos e tecnológicos	Gestão e Inovação – Tecnologias para Educação - Equipamentos
	Evolução Sustentável	Gestão em Proteção e Defesa Civil	Reaparelhamento e Modernização da Defesa Civil Estadual

PROGRAMA	AÇÃO PROGRAMÁTICA	INICIATIVA	PROJETO ESTRATÉGICO
		Gestão de Projetos, Estudos de Alternativas e Concepções de Obras para Prevenção de Cheias na Região Metropolitana de Porto Alegre	Expansão do Sistema de Gerenciamento de Risco e Desastre - SEGIRD
			Reaparelhamento e Modernização da Defesa Civil Estadual
			PAC Prevenção de Inundações
	Prevenção e conservação da biodiversidade	RS BIO	Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção
	Promoção de Gestão Ambiental	Gestão Ambiental	Concessões de Parques e Unidades de Conservação
Gestão Ambiental de Rodovias Pedagiadas			
Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	Carsharing Estadual
			Gestão e Inovação - Tecnologias para Gestão
			Gestão dos Serviços Transversais
			PPCI do CAE
			Sistema Único de Fomento
Governo 4.0	Eficiência e assertividade no gerenciamento de obras públicas.	Ampliação do uso do Sistema de Gestão de Obras - SGO	SGO
		Implantação da Estratégia BIMGov-RS (Building InformationModeling)	BIMGov

PROGRAMA	AÇÃO PROGRAMÁTICA	INICIATIVA	PROJETO ESTRATÉGICO
	Inovação e Modernização da Comunicação	Palácio Aberto	Palácio Aberto
	Integridade e boas práticas de governança pública	Qualificação de Agentes Públicos nas áreas de Ética, Transparência, Controle Público e Integridade	Programa de Qualificação e Sensibilização de Agentes Públicos Estaduais em Controles Público e Social
	Licita Tri Legal	Otimização das compras públicas	CELIC Digital
			Otimização das Compras Públicas
	RS Analítica	Aperfeiçoamento da formulação e da avaliação de políticas públicas	Avaliação de políticas públicas
		Implantação de práticas inovadoras de gestão	Implantação de práticas inovadoras de gestão (PNUD)
	RS Pessoas	Modernização da gestão de pessoas	Estruturação da Gestão Documental do Estado - PNUD
			Ações de Prevenção e Promoção da Saúde do Servidor
			Ações de Qualificação e Desenvolvimento dos Servidores
			Envolver
			Fortalecimento da Gestão Estratégica de Pessoas
	RS.GOV.BR	Agricultura com Acesso Digital	Agricultura com Acesso Digital
		Disponibilização do Governo na palma da mão de todo cidadão	RS.GOV.BR

PROGRAMA	AÇÃO PROGRAMÁTICA	INICIATIVA	PROJETO ESTRATÉGICO
		Programa DETRAN/RS Digital - PDD	Programa DETRAN Digital - PDD
		UERGS DIGITAL	UERGS Digital
	Sistema de Governança 4.0	Implementação do Sistema de Governança 4.0	Governança de TIC
			Governança Estratégica
		Inovação em TIC	
Programa de Crédito	Crédito para o desenvolvimento econômico	Valor de operações de crédito aprovadas para setores e regiões do RS	Programa BADESUL de Sustentabilidade
RS Cidadania	Ações Habitacionais	Regulariza RS - Regularização Fundiária e Urbana	Regulariza RS-Regularização Fundiária Urbanística
	Fomento e promoção do Esporte	Promoção do circuito esportivo e paradesportivo	Circuito Esportivo e Paradesportivo
		Reestruturação do esporte gaúcho	Reestruturação do Esporte Gaúcho
	POD+: Programa de Oportunidades e Direitos	Fortalecimento e implantação de políticas para a juventude	Juventude 4.0
		Modernização do Processo de Ressocialização	Gestão de Obras dos Centros de Atendimento Socioeducativo
		Prevenção Situacional e Qualificação da Segurança Pública	Delegacia Cidadã - 5ª DP da Lomba do Pinheiro
	Proteção à vida e promoção do trabalho	Acolher Animal	Acolher Animal

PROGRAMA	AÇÃO PROGRAMÁTICA	INICIATIVA	PROJETO ESTRATÉGICO
		Articulação com o terceiro setor e empresas para desenvolvimento de projetos sociais	Pró-Social FEAI
		Criança Feliz (Primeira Infância no SUAS)	Criança Feliz (Primeira Infância Feliz no SUAS)
		Desenvolvimento do artesanato gaúcho	Artesanato Gaúcho
		Qualificação no atendimento da política estadual de assistência social	Acolhimento dos Moradores em Situação de Rua
			Sistema Estadual de Gestão Digital de Assistência Social
	Qualificação e Sustentabilidade das Instituições Culturais	Restauração e requalificação de prédios históricos culturais	Qualificação e Sustentabilidade das Instituições Culturais
	Reconectando vidas	Adequação, qualificação e manutenção do atendimento ao socioeducando e fortalecimento da rede intersetorial	Reforma do Centro de Convivência e Profissionalização - CECONP
	RS TER - Trabalho, emprego e renda	Acesso ao Crédito	RS TER - Acesso ao Crédito
		Acesso ao mercado	RS TER - Acesso ao Mercado
		Qualificação profissional	RS TER - Qualificação Profissional
	Sistema de Fomento	Pró-Esporte RS	Pró Esporte RS
		Fomento à cultura	Fomento à Cultura
	Sistema Estadual de Direitos Humanos		EmFrente, Mulher

PROGRAMA	AÇÃO PROGRAMÁTICA	INICIATIVA	PROJETO ESTRATÉGICO
		Atenção à PcD e à PcAH referencial a metodologias de atendimento e inclusão	Política de Atenção à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)
		Fortalecimento da Cidadania por meio de Políticas Públicas Estaduais	Mapa Social de Políticas Públicas
		Fortalecimento das Políticas de Atendimento às Mulheres	Fortalecimento das Políticas de Atendimento às Mulheres
	Acesso à Cultura e ao Esporte e Lazer	CETE Sustentável	CETE Sustentável
RS Infraestrutura	AMPLIA RS: Ampliação e Manutenção da malha rodoviária estadual	Ampliação de Capacidade de Rodovias	CREMA Passo Fundo - Cruz Alta - Restauração na ERS 223
			Passarelas sobre a ERS-118 para pedestres
		Construção de Acessos Municipais	Acesso Municipal Ametista do Sul
			Acesso Municipal Cerrito
			Acesso Municipal Coqueiro Baixo
			Acesso Municipal Cruzaltense
			Acesso Municipal Lagoa Bonita do Sul
			Acesso Municipal Mariano Moro
			Acesso Municipal Novo Tiradentes

PROGRAMA	AÇÃO PROGRAMÁTICA	INICIATIVA	PROJETO ESTRATÉGICO
			Acesso Municipal Pinheirinho do Vale
			Acesso Municipal Pirapó
			Acesso Municipal Ponte Preta
			Acesso Municipal São Pedro das Missões
		Construção de Rodovias e Ligações Regionais	Ligação Regional Cachoeira do Sul – Rio Pardo
			Ligação Regional Cambará do Sul – São José dos Ausentes
			Ligação Regional Crissiumal-Horizontina
			Ligação Regional Irai-Planalto
			Ligação Regional Maçambará-Alegrete
			Ligação Regional Nova Roma-Antônio Prado
			Ligação Regional Rolador-Cerro Largo
		Manutenção e Conservação de Rodovia Pedagiada	Manutenção Viária de Rodovias Pedagiadas
		Fortalecimento e inovação do setor energético - PRO ENERGIA RS	Energia Forte no Campo

PROGRAMA	AÇÃO PROGRAMÁTICA	INICIATIVA	PROJETO ESTRATÉGICO
		Programa de Monitoramento de Licenciamento de Empreendimentos Estruturantes	Prog. Monitoramento de Licenc. de Empreendimentos Estruturantes
	Parcerias para prover melhores serviços	Privatização	Privatização CEEE Distribuição
			Privatização CEEE Geração
			Privatização CEEE Transmissão
			Privatização CRM
			Privatização SULGÁS
			Projeto de Lei para Regulação dos Serviços de Distribuição de Gás
		Regulação dos serviços públicos delegados do Rio Grande do Sul	Novo Marco da AGERGS
	Reestruturação dos Portos e Hidrovias do RS	Controle do Tráfego Portuário e Hidroviário	Controle de Tráfego Portuário e Hidroportuário
		Implantação do Plano de Dragagem	Implantação do Plano de Dragagem
		Implementação do novo Modelo de Gestão Portuária e Hidroviária	Implementação do Novo Modelo de Gestão Portuária e Hidro Portuária
	Transportes: Integração e Otimização Intermodal	Ampliação e Reparelhamento do Aeroporto de Santo Ângelo	Projetos de modernização do Aeroporto de Santo Ângelo
RS Seguro	Adequação e modernização do Sistema Prisional	Geração de vagas qualificadas no Sistema Prisional	Cadeia Pública de Alegrete – 286 vagas

PROGRAMA	AÇÃO PROGRAMÁTICA	INICIATIVA	PROJETO ESTRATÉGICO
			Cadeia Pública de Caxias do Sul- 388 vagas
			Cadeia Pública de Rio Grande – 388 vagas
			Cadeia Pública Feminina de Passo Fundo – 286 vagas
			Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional – NUGESP 708 vagas
			Penitenciária Estadual de Guaíba – 672 vagas
			Penitenciária Estadual de Sapucaia do Sul – 600 vagas
			Presídio Estadual de Cachoeira do Sul – 130 vagas - Ampliação
			Presídio Estadual de Getúlio Vargas-250 vagas – Ampliação
			Presídio Estadual de Lagoa Vermelha-240 vagas - Ampliação
			Presídio Estadual de Três Passos-106 vagas – Ampliação
			Presídio Regional de Passo Fundo – 103 vagas - Ampliação
			Cidadão Mais Seguro
Plano Estadual de Segurança e Defesa Social			

PROGRAMA	AÇÃO PROGRAMÁTICA	INICIATIVA	PROJETO ESTRATÉGICO
		Qualificação da prevenção e combate a sinistros e das ações de busca e salvamento e defesa civil	Pelotão CBM - Guaíba
			Pelotão do CBM - Porto Alegre (Partenon)
		Qualificação dos serviços periciais e de identificação	Banco de Perfil Genético
			Nova Sede do IGP - CEPRECSUL
			Posto Avançado de Criminalística do IGP - Santa Maria
			Posto Avançado de Criminalística do IGP em Bagé
			Posto DI/IGP – Centro Comercial João Pessoa
	Sistema Automatizado de Indexação Balística		
	Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública	Adequação da Infraestrutura de atendimento da Segurança Pública	31º Batalhão da Brigada Militar - Guaíba
			33º Batalhão da Brigada Militar - Sapucaia do Sul
			Construção da Central de Polícia de Bento Gonçalves
			Delegacia de Polícia de Sapucaia do Sul
			PISEG - Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública

PROGRAMA	AÇÃO PROGRAMÁTICA	INICIATIVA	PROJETO ESTRATÉGICO
		Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública	GEseg - Gestão Estatística de Segurança Pública
			Novos Veículos de Resgate do CMBRS
			Reforma do Necrotério DML/Porto Alegre
		Instalação efetiva das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs)	AISP - Áreas Integradas de Segurança Pública
		Qualificação do atendimento da Segurança Pública por meio da modernização tecnológica	Sistema SINARM
	Políticas Sociais de Prevenção à Violência com Foco Territorial	Implementação de ações de prevenção à violência nas escolas e comunidades escolares - RS Seguro	Ospa Social
	Xadrez Escolar		
Saúde Cidadã	Fortalecimento da Prevenção e Promoção em Saúde	Fortalecimento da Política Estadual de Saúde Mental	Rede Bem Cuidar
			Desinstitucionalização dos Usuários Moradores do Hospital São Pedro
		Promoção da Primeira Infância Melhor (PIM)	Política de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtornos do Espectro Autista (TEA)
		Qualificação do cuidado integral à pessoa idosa no Estado	Primeira Infância Melhor (PIM)
		Redução das doenças infectocontagiosas	Qualificação do cuidado integral à saúde à pessoa idosa no Estado
		IST, HIV/AIDS e coinfeções: ações de educação, prevenção e assistência.	

PROGRAMA	AÇÃO PROGRAMÁTICA	INICIATIVA	PROJETO ESTRATÉGICO
		Vigilância em Saúde	Controle do Aedes aegypti
			Qualificação das ações de imunização (Cobertura Vacinal)
	Fortalecimento da Prevenção e Promoção em Saúde Prioritário	Implantação de Núcleos de Esporte e Lazer	Parque Náutico Estadual
	Melhoria do acesso aos serviços de saúde	Aprimoramento da Assistência Farmacêutica	Promoção do acesso a medicamento padronizados de responsabilidade estadual
			Fomento à implantação do Cuidado Farmacêutico no RS
			Qualificação da Gestão da Assistência Farmacêutica no RS
		Modernização da Gestão e da Assistência em Saúde	Implementação informatizada dos sistemas de urgência
			Informatização das Centrais Hospitalares e Ambulatoriais
			Implantação do Programa dos Incentivos Hospitalares
	Regionalização e Organização das Redes	Reorganização dos serviços ambulatoriais e hospitalares no RS	
Resolutividade da Atenção Primária em Saúde			
Simplifica RS	Canais Integrados de Atendimento	Modelos de atendimento do Estado	Modelos de Atendimento
			Teleatendimento
		Modernização das Centrais de Atendimento – “Tudo Fácil”	Ampliação e Modernização das Centrais de Atendimento TudoFácil

PROGRAMA	AÇÃO PROGRAMÁTICA	INICIATIVA	PROJETO ESTRATÉGICO
	Descomplica RS	Gestão de Desburocratização e Empreendedorismo	Implementação da Lei de Liberdade Econômica
			Integração à Redesimples
			Licenciamento Integrado
			Mobiliza RS
			Política de Relacionamento do Estado com o Cidadão
		Gestão dos Órgãos de Licenciamento para Desburocratização - SOL Ambiental	Sistema Online de Licenciamento Ambiental - SOL
	Gestão dos Órgãos de Licenciamento para Desburocratização - SOL Bombeiros	Gestão dos Órgãos de Licenciamento para Desburocratização - SOL Bombeiros	
	Junta Comercial Integrada	Junta Comercial Integrada	
	Modernização da legislação ambiental	Modernização da legislação ambiental	Modernização da Lei Estadual de Recursos Hídricos - Lei 10.350
Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias	Gestão do Regime Próprio de Previdência Social		Gestão de Investimentos Previdenciários
			Pensão Previdenciária Eletrônica
			RHE Previdência
	Modernização da Representação Judicial, da Conciliação, da	Recupera + R\$: Modernização do procedimento de recuperação de ativos e implantação de novas tecnologias de inteligência fiscal	Aperfeiçoamento da execução e defesa fiscal

PROGRAMA	AÇÃO PROGRAMÁTICA	INICIATIVA	PROJETO ESTRATÉGICO	
	Consultoria, da Probidade, da Recuperação de Ativos e da Gestão de Passivos Contingentes		Institucionalização da política de negociação	
			Modernização dos Sistemas de Informação de Cobrança Judicial e Inteligência Fiscal	
			Qualificação do estoque de crédito judicial	
	Modernização do sistema de controle interno e transparência		Implantação da Lei Anticorrupção Estadual	Implantação da Lei Anticorrupção Estadual
			Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria - MINA	MINA – Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria
			Portal da Transparência Unificado	Portal da Transparência Unificado
	Planejamento e Captação de Recursos		Fortalecimento da captação de recursos técnicos e financeiros	Sistema Integrado de Projetos Públicos - SIPP
	Receita Digital 2030			Receita Digital 2030
	RS Ativos		Centro Integrado da Agricultura	Integração da Agricultura
			Implementação de novos modelos de negócio para a gestão patrimonial	Permuta de Imóveis
			Otimização e Racionalização dos Imóveis do Estado	Negocia RS
	Sustentabilidade das Finanças Públicas			APP RS Servidor
			Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal	Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal

PROGRAMA	AÇÃO PROGRAMÁTICA	INICIATIVA	PROJETO ESTRATÉGICO
	RS Parcerias	Parcerias Corsan	Parcerias Público-Privadas - Saneamento
		Desenvolvimento de negócios e parcerias	Concessão do Cais Mauá
			Concessão dos Aeroportos de Passo Fundo e de Santo Ângelo
			Concessão Rodovias EGR e trechos DAER – 1151 km
			PPP em Sistema Prisional - Erechim
			Desenvolvimento sustentável do Estado por meio de operações de crédito
			Ecosistema de Inovação
			Estruturação da Gestão dos Fundos
			Promoção de políticas públicas por meio de operações de créditos para os Municípios
			Rio Grande Conectado
			Rio Grande no Brasil e no Mundo
			Rio Grande para Todos